



II SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: entre a teoria e a prática, articulações e resistências

3 a 5 de Julho de 2017, Salvador - BA

EIXO 4: Ensino da Geografia Agrária e Educação do Campo

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROPOSIÇÃO CRÍTICA A ESCOLARIZAÇÃO RURAL NO BRASIL

Marize Souza Carvalho¹ e Erica Cordeiro Cruz Sousa²
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação
E-mail: marize.ufba@gmail.com

RESUMO: A situação social e a questão agrária no Brasil têm rebatimento na escola, além de negar o acesso ao conhecimento enquanto um bem socialmente desenvolvido e historicamente acumulado a classe trabalhadora. Porém, nas duas últimas décadas registra-se um movimento de luta social no campo de forma mais sistematizada, com críticas à realidade e ao projeto hegemônico, tem combatido a Educação Rural, reivindicando uma educação de qualidade, referendada no social. Todavia o Movimento de Educação do Campo, não pode ser analisado, como um bloco hegemônico nem todo pouco de teorias e de reivindicações. Tem sua origem na experiência de camponeses organizados em movimentos sociais com envolvimento diferenciados na luta de classe (embora, se assemelhem entre si frente às agressões das políticas adotadas pelo sistema capitalista que têm sistematicamente desapropriado os meios de sobrevivência dos trabalhadores/camponeses) tendo em comum, a unidade na luta contra o capital, a luta pelo direito à terra, ao trabalho, e ao conhecimento. As diferenças se constituem na forma e no conteúdo das proposições, nas táticas e estratégias circunscritas à luta pela terra realizada por cada movimento, no nível da organização política, concepção de sociedade e, principalmente como se estabelecem e como compreendem sua ação prática e política, avanços e recuos da educação a partir das determinações da realidade do modo de produção capitalista que as produziu, revelando na prática o projeto que defendem. Não se pretende aqui fazer uma trajetória da escola pública no meio rural. Neste artigo, introduzimos um breve histórico da educação no meio rural no Brasil em vista a compreender as bases políticas e sociais de origem e desenvolvimento do Movimento de Educação do Campo, formada por sujeitos coletivos da luta pela terra, em defesa de uma escolarização para crianças, jovens e adultos atrelado a um projeto histórico de educação emancipatória.

Palavras-chave: Educação do Campo; Educação Rural; Educação Emancipatória; Luta pela terra.

¹ Marize Souza Carvalho, professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

² Erica Cordeiro Cruz Sousa, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho conceituamos Educação Agrária como toda e qualquer prática formativa de educação desenvolvida no âmbito da realidade agrária brasileira, sejam de educação formal ou informal; programas desenvolvidos pelo Estado ou experienciais de movimentos populares do campo; práticas e ações educativas para conservação ou para a transformação social inseridas na Educação Rural ou na Educação do Campo. Surgem em contextos políticos distintos da história do Brasil, e trazem propostas antagônicas de educação e escolarização para as populações do meio rural (campo) ao longo da história agrária brasileira. Desse modo a Escola do Campo na perspectiva do Movimento deverá cumprir a função de espaço político. Sua prática pedagógica e sua organização deverão estar sempre referendadas na dinâmica social e dos diferentes processos educativos dos povos do campo e das suas diferentes identidades sociais. Esta escola deverá promover o acesso sistematizado do conhecimento acumulado pela humanidade vinculado às raízes e tradições culturais da comunidade, de modo que a educação escolar produza e fortaleça um saber que favoreça a melhoria das condições de vida das populações camponesas.

Não se pretende aqui fazer uma trajetória da escola pública no meio rural, já desenvolvidas nos estudos de: CALAZANS (1993.), LEITE (2002), DAMASCENO (1993), FONSECA (1985) GRZYBOWSKI (1982), GHEDINI (2007). ARROYO (1999), ANDRADE (2004). Este artigo, integra a pesquisa realizada no doutorado com o título "Realidade da educação do campo e os desafios para a formação de professores da educação básica na perspectiva dos movimentos sociais" , apresenta um breve histórico da educação no meio rural no Brasil em vista a compreender as bases políticas e sociais de origem e desenvolvimento do Movimento de Educação do Campo, formada por sujeitos coletivos da luta pela terra, em defesa de uma escolarização para crianças, jovens e adultos e de formação atrelado a um projeto histórico de educação emancipatória.

Portanto a Universidade pública é tencionada a responder as problemáticas sociais, a analisar as demandas, negando-as, reafirmando-as e confrontando-as no contexto do modo do capital organizar a vida no campo e de embates de projetos de educação. No movimento de intensificação de perda de direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, mas não sem resistência dos movimentos sociais

2. EDUCAÇÃO AGRÁRIA: PROJETOS DE ESCOLARIZAÇÃO EM DISPUTA NO CAMPO BRASILEIRO

A Educação Rural tanto a praticada nas escolas do campo como aquelas que envolvem processos formativos de experiências de educação extensivo-profissionalizantes, comporta objetivos e funções sociais e pedagógicas da legislação da Educação Básica e vem sendo organizada pelos sistemas de ensino dos Estados e Municípios, como setor privado desde o período de 1930, sob a égide funcionalista de educação como sendo o elemento integrador do indivíduo à sociedade e ao mercado, para o qual é suficiente preparar o indivíduo para o trabalho, fazendo com que aprenda o necessário e o suficiente para lidar com seus instrumentos de trabalho, transmitir a ideologia e treinar os trabalhadores para atividade produtiva em que serão explorados.

Quanto a Educação do Campo, o marco é a Declaração da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo a identificada e circunscrita ao projeto de educação em construção da classe trabalhadora do campo via movimentos sociais, como o resultante da luta social, “[...] um projeto que se enraíza na trajetória da Educação Popular (Paulo Freire) e nas lutas sociais da classe trabalhadora do campo”. (CNEC II, 2004, p. 1). Na sua “materialidade de origem” por ser questionadora da realidade social e das relações de produção da vida do campo apresenta uma matriz de campo, trabalho e educação que se contrapõe a estrutura agrária vigente, e ao modelo hegemônico de escola rural (CALDART, 2008b, 2010), conjuntamente com a luta pela terra e reforma agrária, traz a reivindicação pela Educação

A Escola Rural no Brasil desde o advento da industrialização experimentada pelo Estado Novo (1930/1945) sempre esteve condicionada a uma compreensão utilitarista da produção agrícola e do capital.³. Compreensão comumente encontrada nas Cartas Constitucionais (1937, 1946) e nas Leis de Diretrizes e Base da Educação (1961 1971).

Na década de 60, a fim de atender aos interesses da elite brasileira, então preocupada com o crescimento do número de favelados nas periferias dos grandes centros urbanos, a educação rural foi adotada pelo Estado como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu art. 105, estabeleceu que “os poderes “Públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais (BRASIL, 2007, p.11).

³ Segundo o parecer das Diretrizes, a introdução da Educação Rural no ordenamento jurídico brasileiro remete às primeiras décadas do século XX, incorporando, no período o debate que se processava [...] a respeito da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade. (CNE/CEB, 2002, p. 9)

De 1945/1964, com a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais, os projetos educacionais na zona rural foram dirigidos pela política externa norte-americana, frente à eminência da “ameaça” do socialismo na América Latina e/ou para venda de insumos químicos, mediante a criação de centros de treinamentos para professores que repassariam as informações técnicas aos camponeses.

[...] a base material da ação educativa da Extensão era a empresa familiar. A família rural era unidade sociológica sobre a qual os projetos de ensinar a ajudar a si mesmo (e por isso eram entendidos como democráticos) deveriam surtir efeitos. O importante era persuadir cada um dos componentes familiares [...] a usarem recursos técnicos na produção para conseguirem maior produtividade e consequentemente o bem-estar social. (FONSECA *apud* LEITE, 2002, p. 33)

Também no contexto militar (1964/1985) houve penetração “incisiva da extensão Rural e sua ideologia, substituindo a professora do ensino formal pelo técnico e pela extensionista, cuja remuneração segundo Leite (2002), eram “subsidiados por entidades como a *Inter-American Foundation* ou Fundação Rockefeller”. Propagandistas da Revolução Verde, marca da “modernização Conservadora do Regime militar no Brasil” – modelo capitalista dependente.

Porém, se por um lado avançava a influência do capitalismo no campo nos programas educacionais oficiais, o período foi de intensa mobilização dos trabalhadores, sobretudo articulados nas Ligas Camponesas, nas ULTABs e outras organizações de trabalhadores, e no campo educacional contavam com o Movimento de Educação de Base (MEB) da CNBB, os Centros Populares de Cultura (CPC) da UNE e o Movimento de Cultura Popular (MCP), coordenado por Paulo Freire. Estas experiências, porém, foram perseguidas e reprimidas até a extinção pela ditadura. Entretanto, posteriormente terão forte influência nos movimentos de construção da educação nos movimentos sociais, como o MST e, posteriormente, na construção conceitual da educação do campo. (TITTON, 2010, p.148)

A Constituição de 1988 não acentua artigos específicos ao ensino no meio rural, mas segundo Soares, (BRASIL, 2001, p.18) possibilitou para todos os níveis e modalidades, “tratamento da educação rural no âmbito do direito à igualdade e do respeito à diferença por diferentes Constituições Estaduais”. Trouxe ainda, no art. 62 do ato das Disposições Transitórias a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), mediante Lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991, a qual especifica que o SENAR deverá organizar administrar e executar em todo o Território Nacional, ensino para formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural sob a

administração da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) reabrindo a discussão sobre educação do campo e definição de políticas e financiamento para o setor.⁴

Com este breve relato da Educação Rural, percebe-se que as tendências de organização escolar e formação para o meio rural, historicamente estiveram vinculadas ao grande latifúndio e ao agronegócio recebendo estímulo social e financeiro do Estado, assegurando sua reprodução, nas políticas agrícolas. “Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira (WANDERLEY, 2005, p. 36) Isso prova o quanto o Estado brasileiro nunca deixou à margem a educação rural, ao contrário, ao longo da história imprimiu uma marca educacional identificada ao desenvolvimento e necessidade da expansão capitalista

As décadas de 1980 e 1990 podem ser caracterizadas no Brasil como as décadas de implementação das reformas de caráter neoliberal, que para os trabalhadores em geral representam contrarreformas, visto diminuírem o caráter público do Estado, retirando-lhe funções e atribuições públicas e perda de direitos e conquistas históricas. São as décadas de aprofundamento de políticas econômicas monetaristas excludentes, voltadas para estimular o capital especulativo (CARVALHO, 2003, p.67), comumente conhecida de políticas neoliberais e políticas de reestruturação produtiva. Na sua essência ambas foram impulsionadas para responder a necessidade da crise do capital.

A desregulamentação é o elemento chave da hegemonia neoliberal, porque ao liberar o capital para circular mais livremente, reinstala uma relação de forças entre o capital/trabalho claramente favorável ao capital, seja pela elevação do desemprego, seja pela intensificação das formas de exploração de trabalho, a proliferação de trabalho escravo seja pela fragmentação social que introduz no mundo do trabalho.

Esta reestruturação do processo produtivo – com novas tecnologias e novas formas de organização da produção – permite elevar taxas de exploração da força de trabalho (SADER, 2001 p.132). Significa as transformações do mundo do Trabalho via novas tecnologias de ponta que permitem agilizar o processo de produção, com novas formas de sociabilidade impostas, sejam para estabelecer um novo padrão de acumulação seja para estabelecer novas formas de integração no interior do reordenamento da economia mundial.

Configura-se uma crescente unanimidade do discurso da “modernidade” em defesa da escola básica de qualidade, porque supõe alavanca do desenvolvimento

⁴ Em quadro consolidado de 2008 as atividades e ações do CNA, ultrapassavam mais de 7 milhões de alunos com 271 turmas em curso de aprendizagem rural, qualificação, aperfeiçoamento e especialização.

capitalista nos países subdesenvolvidos, solução para redução da pobreza. A educação é alçada à categoria do capital humano, - a famosa teoria de Schultz – que define educação como fator de qualificação, medida pela escolaridade da população e, ou seja, quanto maior o estoque de capital humano de um dado país maior será seu crescimento (FRIGOTTO, 1995).

Este é o contexto estrutural e conjuntural do nascimento do Movimento da Educação do campo. O marco institucional da crítica das políticas agrícolas e educacionais encontra-se, na I e na II Conferência Nacional de Educação do Campo realizada em Luziânia (GO), respectivamente em 1998 e 2004, com a fundação da Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo” por organizações e movimentos sociais de luta social, que passam a defender a educação e a escola pública do campo – do, no lugar onde vivem (espaço de produção e de cultura), com a participação dos sujeitos coletivos do campo (dos agricultores, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, pescadores, seringueiros, ribeirinhos etc.” (CONEC II, 2004). ⁵“a referência e o foco das ações das conferências será o Estado democrático burguês, e seu princípio de “direito público subjetivo” para qual nenhum cidadão brasileiro pode ter esse direito subtraído por qualquer razão, o que inclui o lugar onde vive”. (Ibid.). Mesmo que, contraditoriamente, os dados e a realidade, estejam a mostrar da impossibilidade do Estado em atender a esta premissa da universalização, lutam para ampliar a cidadania burguesa, denunciando e rechaçando o modelo econômico agrário responsável pela concentração da terra e da renda e geradora das desigualdades no campo. Lutam contra uma situação das escolas rurais e de Educação Rural atrelada a governos comprometidos com a manutenção do “*status quo*” através dos pacotes agrícolas e de programas educacionais emergenciais temporários de educação para o campo brasileiro, em oposição passam a reivindicar políticas públicas de educação para o campo.

Nestas conferências vão se firmando conceitos novos sobre educação para o meio rural, gestados na materialidade das lutas pela reforma agrária pela ampliação do acesso a escola. Assim, para o Movimento da Educação do Campo, a educação é concebida como

⁵ Principais movimentos 1998: Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Conferência de 2004, foram incorporados os sindicatos de Trabalhadores rurais e federações estaduais vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e as organizações vinculadas a RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro.

um direito social e como uma estratégia política para acumular forças para a construção de um projeto de “desenvolvimento de campo”, desenvolvimento este, segundo seus precursores capaz de incluir os expropriados do processo de dominação e exploração capitalista. Neste aspecto isto aconteceria “por uma escola que defendesse os interesses, a política e cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população”. (Fernandes, 1999, p 65) E como os sujeitos destes movimentos se educam e se formam no coletivo, sustentam que as experiências da práxis política de cada movimento poderiam gestar as escolas das comunidades tendo como princípio, ser este espaço um lugar de formação humana.

Para Caldart (2008a, p.14) esta visão opõe-se frontalmente a:

Concepção instrumentalizadora da educação, colocada a serviço das demandas de um determinado modelo de desenvolvimento do campo (que sempre dominou a chamada “educação rural”), como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente [...] E mesmo sabendo que a educação, não tenha força material capaz de garantir esta luta, compreende que esta pode ajudar a formar os trabalhadores e as trabalhadoras para que permaneçam em “estado de luta”, para que não sucumbam aos desígnios da barbárie capitalista: seja por uma inclusão que lhes destrói (como classe, como humanidade), seja pela marginalização completa, pacífica ou violenta.

Assim para o Movimento, o desafio é fazer concretizar uma educação voltada para o desenvolvimento de formação humana vinculada a projetos históricos, de longo prazo compreendido a partir de referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade.

Faz isso não em uma perspectiva de fragmentação das lutas da classe trabalhadora e do debate sobre educação, sobre transformação social, mas no entendimento de que esta particularidade permite compreender a especificidade do capitalismo brasileiro e de como este sistema tem lidado com a educação dos trabalhadores e como se pode projetar uma política de educação desde o projeto histórico desta classe. (CALDART, 2008a)

A possibilidade concreta para o Movimento está na direção de uma nova sociabilidade, de educação e por extensão de formação de educadores (as) com função social estratégica a melhoria das condições de vida das classes populares camponesas do meio rural brasileiro. A escola deve avançar em conhecimentos que visem dar condições, (por opção) a permanecerem, produzirem e para que tenham vida digna no campo. Por isso a escola do campo “passou ser vista como uma questão também política, quer dizer como parte estratégia de Reforma Agrária” (CALDART, 2001 p. 45)

Para o MST, .

[...] Ensino que leve a aprendizagem significativa para os alunos e ao conhecimento científico da realidade (...); uma práxis educativa que dê conta das diversas esferas da vida humana que o modo de produção capitalista prima por separar. (...) uma educação como processo permanente de formação e transformação humana. (MST, p. 163, 2005).

A II Conferência Nacional de Educação do Campo (2004), realizada Luziânia, traz a concepção de formação de trabalhadores(as) em educação, entendida na perspectiva social e posta em nível de política pública. Afirmam os signatários desta conferência que a formação de professores deverá ser tratada como direito, superando o estágio das iniciativas individuais para aperfeiçoamento próprio. A formação por sua vez deveria estar vinculada às políticas de valorização do trabalho docente: concursos, estabilidade, salários dignos, plano de carreira e de condições de trabalho, que contribuísse simultaneamente, para o resgate da competência e habilidades dos educadores e a (re) construção da escola pública de qualidade. Pontuam da necessidade principalmente da articulação do processo de formação com a valorização profissional nas condições de trabalho e pelo direito as diferentes formas de produzir e reproduzir a vida, os saberes, os valores e a cultura. Apresentam críticas aos programas de viés tecnicistas e produtivistas pela busca de resultados, eficiência e produtividade da Educação Rural

Identificamos nos documentos e fóruns da Educação do Campo, concepções contraditórias: propostas de formação, onde a raiz seja o ser humano e seu processo de humanização mais plena, de formação *omnilateral* e emancipação humana, e pela superação da alienação provocado pelo duplo caráter que o trabalho assume no modo capitalista, bem como de propostas de formação voltadas a formação de sujeitos reflexivos onde o limite é a compreensão do campo, sua história, valores, cultura, saberes, sujeitos coletivos e dos processos específicos de produção da vida; Compreensão dos processos específicos de produção dos coletivos na diversidade de gênero, geração étnico-racial e de ecossistema, com desencadeamento de um permanente exercício de conquista de cidadania.

Desse modo a Escola do Campo na perspectiva do Movimento deverá cumprir a função de espaço político. Sua prática pedagógica e sua organização deverão estar sempre referendada na dinâmica social e dos diferentes processos educativos dos povos do campo e das suas diferentes identidades sociais. Esta escola deverá promover o acesso sistematizado do conhecimento acumulado pela humanidade vinculado às raízes e tradições culturais da comunidade, de modo que a educação escolar produza e fortaleça um saber que favoreça a melhoria das condições de vida das populações camponesas.

Deverá por sua vez mobilizar os sujeitos para dialogarem com as questões da realidade em que vivem, ampliando suas capacidades de maior compreensão e intervenção nos processos em que estão inseridos, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social, papel da escola e em especial do educador, para o qual o movimento sintetiza uma formação específica:

Formar educadores para atuação na educação básica em escolas do campo aptos a fazer a gestão de processos educativos e a desenvolver estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos humanos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade. (BRASIL, 2006c, f. 2).

Não há dúvida que a educação, a escola, a formação na proposta do Movimento da Educação Campo traz uma concepção crítica de educação na perspectiva de formação humana. Esta crítica, expressa a situação dos trabalhadores e de seus filhos e as dificuldades que estes enfrentam na atualidade sob o domínio da classe da burguesia para conseguirem reproduzir-se e ter acesso aos bens produzidos ao longo da história em nosso país.

Desse modo os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e por educação do campo, se situam dentro da história da luta de classe como defendendo interesses de classe que se opõem ao desenvolvimento do modo de produção capitalista na medida em que estes não atendem as suas reivindicações do direito ao usufruto das riquezas por estes produzidas.

Isto permite compreender porque de uma situação confrontacional de origem com o Estado, os precursores deste movimento passam a adotar uma atitude de colaboração de classe. As lutas por transformações sociais sofrem refluxo nesta conjuntura e foram substituídas por negociação com os governos. A luta social reivindicatória se faz presente no Movimento de Educação do Campo, mas com esta qualidade. Aqui merece uma observação: o projeto desenhado e defendido por este movimento a partir do início dos anos 90, com ampliação de suas referências (práticas e teóricas) na conjuntura histórica reflete uma posição de classe de política agrícola e educacional. E não poderia ser diferente, visto que, a construção programática deste Projeto envolveu entidades como MST, CONTAG, CPT, MAB, MPA, Universidades, ONGs etc., cuja base social tem representantes de: pequenos proprietários camponeses e suas frações de classes, (arrendatários, parceiros, ribeirinhos, agroextrativistas); os proletários agrícolas (assalariados); os trabalhadores rurais sem-terra; os setores da classe média burguesa (professores, intelectuais, profissionais liberais.). Movimentos e organizações sociais e

sindicais com posição de classe diferenciadas e com ações contraditórias na luta pela terra e pela reforma agrária, o que inevitavelmente reflete nas propostas de educação do campo e de projeto histórico e de relação com o Estado.

Desse modo a Educação do Campo, congrega um mosaico de propostas e experiências as mais diversas. Com graus diferenciados de consciência de classe e de luta de classe comporta visões tanto idealistas como materialistas, convivendo politicamente dentro do Movimento por uma Educação do Campo.

De igual modo, podemos afirmar não ser o Movimento por uma Educação do Campo um caso isolado na atualidade da visão do Estado como conciliador de classe e provedor, ou ainda sendo visto, como espaço de disputa para acumular forças para se promover mudanças aos interesses dos operários e camponeses. Esta concepção de Estado forma uma unidade na totalidade da compreensão do conteúdo programático, adotado por setores da esquerda no país, que remota a década de 70, a partir da crise do capital, e se hoje encontramos setores “aprisionados na política” revela muito daquilo que Anderson advertiu: “os que lutam para superar as relações capitalistas da existência, por serem essencialmente excludente devem apreender da direita a não transgredir princípios ideológicos e teóricos”. (ANDERSON *apud* FRIGOTTO, 1999,17). Tal premissa se aplicada fosse pelos trabalhadores do campo e da cidade na base das relações sociais de produção, engendraria não somente a transformação mediata da escola, e um projeto educativo articulado aos interesses dos trabalhadores, mas um acúmulo de forças para a transformação imediate da sociedade, organizada sob a base da associação livre de todos os produtores. Esta transformação *de devir*, de possibilidade, dependerá da correlação de forças expressa na realidade, e na luta de classe onde o movimento é o motor da história.

Dáí a importância da autonomia organizativa enquanto trabalhadores, frente ao Estado burguês, de modo a garantir seu projeto histórico, ou seja, o dado mais fundamental desta relação no atual momento histórico está na capacidade dos movimentos sociais de exercerem a sua autonomia organizativa enquanto classes trabalhadora/camponesa em relação ao Estado /governos, seja na luta pela reforma agrária seja na luta pela escolarização.

Na perspectiva do materialismo histórico, faz-se necessário situá-los na totalidade das lutas do conjunto dos trabalhadores campo-cidade, em uma perspectiva de transformações sociais. Assim caberia ao operariado da cidade e do campo, pelo lugar de classe explorada na produção, empreender os instrumentos teóricos e políticos para superar as relações de sua exploração com organização política revolucionária. E pela sua

própria experiência, fazer o enfrentamento coletivo e organizado de suas reivindicações com consciência de classe “para si”, com o objetivo de lançar-se na luta pela sua emancipação, tornando-se classe dominante.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A educação básica e o movimento social do campo. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; Arroyo, Miguel. **Por uma educação básica do campo: a educação Básica e o movimento social do Campo**. V.2. Brasília, 1999.

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). **A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do programa nacional de educação na reforma agrária**. São Paulo: Ação Educativa/Brasília: PRONERA, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CALDART Roseli Salete. A escola do Campo em Movimento In. BENJAMIN, César e CALDART, Roseli Salete (orgs). **Projeto popular e escolas do campo**. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, v.3. 2 ed. Brasília: UnB, 2001.

_____. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo**. In: MOLINA, MC., JESUS, SMSA. Por uma educação do campo. Articulação nacional por uma educação do campo. Brasília, 2004.

_____. Os sujeitos da Educação do Campo, In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Salete (orgs). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Coleção por uma educação básica do campo, nº. 4. Brasília: UnB, 2002.

_____. **Educação do campo**. Setor de Educação MST. (Exposição sobre a Licenciatura em Educação do Campo, projeto UnB/Itterra, no XIV ENDIPE, POA, 29 de abril de 2008^a).

_____. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação**. Coleção Por uma Educação do Campo. Brasília: NEAD, 2008b.

_____. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M. Castagna (org.) **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Molina, M. Castagna, MDA, MEC, BRASÍLIA, 2010.

CARVALHO Marize Souza. **Formação de professores e demandas dos movimentos sociais**. A universidade necessária. 120f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2003.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural – Traços de uma trajetória. In: DAMASCENO, Maria Nobre; THERRIEN, Jacques (coords). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993.

CNEC II - Conferencia Nacional por uma Educação do Campo (Por Uma Política Pública de Educação do Campo) Luziânia GO, ago.2004. (Declaração final) Texto avulso.

CNEC I - Conferência Nacional por uma Educação do Campo, Luziânia GO, ago.1998. (Declaração final) Texto avulso.

DAMASCENO, Maria Nobre; THERRIEN, Jacques (coords). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Diretrizes de uma caminhada**. In: Kolling Edgar J. Paulo Ricardo Cerioli. Por uma educação básica do campo: Educação do campo e Políticas Públicas. V.4. Brasília, 2002.

_____ **A Formação do MST no Brasil**, Petrópolis, Vozes, 1999.

FONSECA, M Tereza Lousa. **A Extensão rural no brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Cortez, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e balanço da Educação no Brasil na primeira década do século XXI. Conferência de Abertura da XXXIII Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED). Caxambu, MG, 17 de outubro de 2010.

GRZYBOWSK. Cândido. **Educação popular no meio rural**. Cadernos ANPED. Rio de Janeiro, 1982.

GHEDINI, Cecília Maria. **A formação de educadores no espaço dos movimentos sociais – um estudo a partir da “I turma de pedagogia da terra da via Campesina**. 2007. 159fl. Dissertação (Mestrado) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

LEITE, Celani Sérgio. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. 2ª. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

MST. **Dossiê mst escola: documentos e estudos 1990-2001**. Caderno de Educação nº 13. Veranópolis: Iterra, 2005.

SEMINARIO NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Declaração Final. Brasília, 26 a 29 de novembro de 2002.

TITTON, Mauro. **O limite da política no embate de projetos da educação do campo**. 2010. 291FL. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, SC, 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.